

O PATRIMÔNIO CULTURAL NO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ANÁPOLIS /GO: AMBIENTE DO ENSINO REMOTO

Kênia Estevão de Sousa¹

Sandra Elaine De Abreu²

RESUMO: No contexto da pandemia motivada pelo COVID-19, a partir do primeiro trimestre de 2020, instituições de ensino foram fechadas no Brasil. Como solução para dar continuidade ao ano letivo e buscar amenizar os prejuízos de aprendizagem, as escolas de ensino básico e superior adotaram o ensino remoto a partir de março de 2020. A rede municipal de ensino de Anápolis/GO retomou as aulas na modalidade remota em 03 de junho de 2020. Nesse período de retomada das aulas foi desenvolvido o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), financiada pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoas e Nível Superior (CAPES) e realizado em parceria com a Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA) e a Secretaria Municipal de Educação de Anápolis/GO (SEMED). O PIBID se inseriu na área de conhecimento da História, focando na História Local e na Educação Patrimonial. Diante do exposto, o presente artigo visa examinar características da prática pedagógica (online) no ensino de educação patrimonial, em uma turma de 4º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública municipal de Anápolis/GO. Para isso, considerando a abordagem qualitativa, a metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa-ação. O estudo permite compreender que a história local e a educação patrimonial proporcionam o despertar quanto a importância da preservação e valorização dos patrimônios da humanidade, em especial aos de Anápolis além de valorizar e compreender o passado, colaborar com a formação crítica e cidadã dos sujeitos históricos e promover a construção da identidade dos estudantes por meio do conhecimento histórico local.

Palavras-chave: História local. Educação patrimonial. Ensino remoto.

INTRODUÇÃO

Desde final de 2019, o mundo vivencia a realidade da pandemia motivada pelo novo coronavírus, que ficou conhecido como COVID-19. Essa situação promoveu o isolamento social e o fechamento de instituições e espaços de aglomeração de pessoas como meio de evitar ou diminuir a propagação do vírus em questão (ALVES, 2020).

Diante desse contexto, a partir do primeiro trimestre de 2020, as instituições de ensino entre outras instituições públicas, privadas e comerciais foram fechadas no Brasil. Como solução para dar continuidade ao ano letivo e buscar amenizar os prejuízos de aprendizagem, as escolas de ensino básico e superior adotaram o ensino remoto, que é a adequação do ensino presencial às plataformas digitais, sendo este de caráter transitório (ALVES, 2020).

Em Anápolis/GO, município localizado no centro-oeste brasileiro, seguindo o cenário mundial, as aulas da rede municipal foram suspensas em 18 de março de 2020 pela

¹ Acadêmica do 7º período do curso de Pedagogia da Universidade Evangélica de Goiás- UniEVANGÉLICA. 2021. < keniastevao@hotmail.com >.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA e da Universidade Estadual de Goiás (UEG). sandraaaa@yahoo.com.br

prefeitura (JORNAL OPÇÃO, 2020). Nesse mesmo mês, através da Portaria 343/2020 (BRASIL, 2020), o Ministério da Educação autorizou a substituição das aulas presenciais por aulas realizadas por meios digitais. Ademais, ainda nesse processo de regulamentação do ensino remoto, ocorreu que

Em abril de 2020, foi aprovado o Parecer CNE/CP nº 5/2020 [...], que foi reavaliado em junho/2020 por meio do Parecer nº 9/2020 [...], possibilitando a reorganização das atividades escolares no formato remoto (SANTOS JÚNIOR et al, 2021, p. 127).

A partir dessa regulamentação, as aulas da rede municipal de ensino foram retomadas em 03 de junho de 2020 (PORTAL 6, 2020). Nesse período de retomada das aulas em Anápolis/GO foi desenvolvido o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), financiada pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoas e Nível Superior (CAPES) e realizado em parceria com a Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA e a Secretaria Municipal de Educação de Anápolis/GO (SEMED).

O referido programa foi desenvolvido entre os anos de 2020 e 2022 e consistiu no desenvolvimento do subprojeto intitulado: “O ensino de história local e patrimonial nos anos iniciais do ensino fundamental”, ocorrido entre março e maio/2021 por meio do ensino remoto em turma de 4º ano do ensino fundamental, além do auxílio do realizado pelos discentes aos professores da escola campo durante outubro de 2020 a março de 2022.

Quanto a temática, o PIBID se inseriu na área de conhecimento da História, focando na História Local e na Educação Patrimonial. Os objetos de estudo adotados foram os Patrimônios Históricos e Culturais do município de Anápolis/GO.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo geral examinar características da prática pedagógica(online), no ensino de educação patrimonial, em uma turma de 4º ano do ensino fundamental em uma escola pública municipal de Anápolis/GO. Para isso, considerou a abordagem qualitativa, a metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa-ação.

1. A história local e a educação patrimonial na perspectiva da história cultural: importância e valorização

A partir do final da década de 1920, na Europa, iniciaram-se debates acerca da ciência denominada História que culminaram em uma verdadeira Revolução Historiográfica (BURKE, 1992). Disso tem-se a Nova História ou Nova História Cultural, perspectiva que considera como objeto de estudo da ciência histórica a história-problema, isto é, a narrativa

histórica e as fontes historiográficas não trazem em si a verdade, mas precisam serem problematizadas, postas em análise crítica do historiador para apreender os fatos ali contidos (REIS, 2014).

Para essa escrita histórica, as fontes vão além da perspectiva tradicional-positivista que utilizava apenas documentos escritos oficiais e que contavam apenas a trajetória dos heróis nacionais e seus feitos. A Nova História amplia a visão de documento, sendo considerados fontes escritas, iconografias e objetos-artefatos que possibilitam compreender o passado. Além disso, essa nova perspectiva de escrever a história evidencia também outros sujeitos que foram, por muito tempo silenciados, tais como as mulheres, os trabalhadores, os negros entre outros (KOSSOY, 2001).

Diante disso, ao refletir sobre o ensino de História na educação básica, a Nova História abre possibilidades de romper com a primazia dos currículos e conteúdos que privilegiam a História Geral e do Brasil em detrimento da História Regional e Local. O efeito disso é que os saberes ensinados se tornam distantes das vivências, expectativas e desejos dos educandos (FERNANDES, 1995).

Nesse sentido, a Nova História contribuiu para os estudos da História Regional, pois

[...]A Nova História, em suas diversas expressões, contribuiu para renovação e ampliação do conhecimento histórico e dos olhares da história, na medida em que foram diversificados os objetos, os problemas e as fontes. A História Regional constitui uma das possibilidades de investigação e de interpretação histórica. [...]Através da História Regional busca-se aflorar o específico, o próprio, o particular (OLIVEIRA, 2003, p. 15).

Assim sendo, ao propor o estudo da História Regional, deve-se também oportunizar em sala de aula os saberes da História Local, vinculando com os níveis de região e nacional (SILVA, 2012). Esse estudo é pertinente para a construção da identidade cultural, geopolítica, cidadã e social dos sujeitos que habitam em determinada localidade.

Outrossim, a integração do estudo de História Local inseriu-se na educação básica a partir da década de 1990, época em que o Brasil vivenciou uma nova ordem democrática e social, sendo isto afirmado na educação a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/96, que prioriza a formação cidadã para conhecimento dos direitos políticos e participação política nas decisões concernentes a sua comunidade, cidade, estado e nação (FONSECA, 2006). Dessa noção advém a perspectiva dos educandos como sujeitos históricos, que participam dos processos históricos.

A Lei nº 9394/1996 ainda aponta no artigo 26. §.4 que “ O ensino de história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes etnias para a formação do povo brasileiro,

especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia” (BRASIL, 1996). Tal prerrogativa perpassa os demais ramos da História, História Geral, do Brasil, Regional e Local, considerando que o Brasil possui múltiplas influências em sua constituição ao longo dos anos.

Outros documentos importantes para a valorização da História Local são os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN (BRASIL, 1998). Os Parâmetros Curriculares Nacionais de História destacam também a noção de sujeitos históricos se constituem como aqueles indivíduos, classes ou grupos sociais que participam dos acontecimentos que ecoam na sociedade ou estão presentes em situações cotidianas. Diante disso, é fortalecido o olhar e a valorização para os fatos e a história local na formação cidadã dos sujeitos.

Nesse enquadramento, uma via de trabalhar a História Local é a partir da Educação Patrimonial. A Educação Patrimonial pode ser definida como um processo de alfabetização cultural que

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir de experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos seus múltiplos aspectos, sentidos e significados (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2006 p.6).

Assim, a partir do exposto acima, percebe-se que a formação cultural, política e social dos sujeitos é privilegiada a partir das práticas de ensino acerca dos Patrimônios tombados de uma sociedade, sejam eles locais, regionais, nacionais ou internacionais.

Com relação ao conceito de Patrimônio, este vem sendo construído desde 1937. A primeira legislação acerca do tema foi o Decreto-Lei nº 25/1937 que definiu a preservação e tombamento de imóveis memoráveis para a sociedade brasileira, pois ligavam-se a fatos importantes para a coletividade, sendo estes de valor arqueológicos, artísticos ou biográficos (BRASIL, 1937).

Ao longo dos anos, a noção de Patrimônio passou a englobar elementos imateriais que compõem a cultura nacional e/ou local/regional, tais como danças típicas, pratos de culinária específicos entre outros. Isso se deu pelo Decreto 3551/00 (BRASIL, 2000).

Dessa forma, pode-se conceber Patrimônio Cultural como bens materiais e/ou imateriais que se constituem como instrumentos que carregam a memória de uma coletividade, importantes para a construção da identidade dos sujeitos históricos e para a compreensão do passado de uma sociedade (OOSTERBEEK, 2015).

Em Anápolis/GO, o processo de tombamento de bens históricos iniciou-se em 1984 e estende-se até a atualidade, sendo o acervo de patrimônios históricos e culturais da cidade: Mercado Municipal “Carlos de Pina”, Cadeia Pública (atual prédio da Escola de Artes Oswaldo Verano), Estação Ferroviária Prefeito “José Fernandes Valente”, Antigo Fórum (atual prédio da Secretaria de Cultura), Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, Coreto, Memorial Casa JK, Colégio Estadual Antensina Santana, Colégio Couto Magalhães, Fonte Luminosa da Praça Bom Jesus, Conjunto Arbóreo da Praça Dom Emanuel, Conjunto Arbóreo da Praça Americano do Brasil e Estação Ferroviária General Curado e a Casa do Chefe da Estação(DAIA) (SANTOS; ABREU, 2019).

2. O papel do professor no ensino de história local e da educação patrimonial

Como já destacado anteriormente, a perspectiva da História Cultural no ensino de História em sala de aula é uma inovação em relação ao espaço que pode ser atribuído aos saberes da História Local que são mais próximos das experiências, expectativas e desejos dos educandos. Para tanto, o papel do professor/mediador é também relevante.

Nesse sentido, até a atualidade, o ensino tradicional na perspectiva da pedagogia tradicional ainda é evidente nas salas de aula do Brasil (SILVA, 2004). Com relação ao ensino de História tem-se que

Ao longo do tempo, o ensino de História tem passado por muitas transformações, entretanto, pode-se perceber que ainda há muito conservadorismo quando se trata da forma de ensinar História na Educação Básica. Para muitos, a disciplina de História não passa de uma matéria decorativa; para outros, ela pode ser muito importante (SILVA, 2004, p.162).

Diante do exposto acima fica notório que a renovação acerca do ensino de História não se concentra apenas na mudança de currículo e de perspectiva historiográfica, mas também é preciso refletir sobre a ação pedagógica do professor em sala de aula e na sua relação com os estudantes no processo de ensino e aprendizagem.

Com relação a prática de mediação docente, faz-se necessário, para um ensino significativo, o uso de metodologias ativas (OLIVEIRA, 2017). Isso decorre que

A escolha do trabalho com metodologias ativas voltadas para ensino de História para educação estudantes do Ensino Fundamental, sabendo que cada ano/série desse segmento possui especificidades tanto no que se refere ao recorte temático e cronológico contemplado no conteúdo programático da disciplina, quanto às necessidades inerentes de cada faixa etária, o que implica na adequação realizada pelo professor de cada uma das metodologias ativas ao seu público alvo, de modo a potencializar o processo de ensino-aprendizagem de cada um de seus estudantes (OLIVEIRA, 2017, p.70)

Como destacado acima, o trabalhar com metodologias ativas requer uma reflexão e uma nova concepção acerca do estudante. Assim, o processo de ensino e aprendizagem não está mais centrado apenas na figura do professor, mas é preciso refletir sobre os discentes, em sua interação na construção dos saberes de forma prazerosa e na concepção de sujeitos protagonistas do seu próprio aprendizado.

Outro benefício do uso de uma pedagogia transformada, através de metodologias inovadoras, é a possibilidade de formação crítica dos sujeitos. Segundo Oliveira (2017), a interação entre professor e alunos fomentada pelas metodologias ativas é contribuinte para o amadurecimento dos educandos e para a valorização dos conhecimentos que estes trazem à escola. Essa nova postura de protagonismo dos discentes formam sujeitos críticos de suas próprias realidades e de seus papéis na sociedade.

Outrossim, considerando a inovação no âmbito do ensino de História Local e Educação Patrimonial, vê-se a urgência do professor em tratar de novas possibilidades. Para isso, é importante que

Neste novo cenário, ensinar História significa impregnar de sentido prática pedagógica cotidiana, na perspectiva de uma escola-cidadã. Vale dizer, que a escola é reprodutora, na medida em que trabalha com determinados conhecimentos produzidos e acumulados pelo mundo científico, mas é também transformadora, visto que promove uma apropriação crítica desse mesmo conhecimento tendo em vista a melhoria de qualidade de vida da sociedade global (PENTEADO, 1994, p.164)

Nesse viés, tanto a História Local como a Educação Patrimonial são potenciais caminhos para trabalhar com conhecimentos transformadores em sala de aula, pois proporcionam aos estudantes a perspectiva de sujeitos históricos pertencentes e participantes do processo histórico do geo-ambiente em que estão inseridos, podendo, a partir da mediação do professor, intervir e refletir criticamente sobre fatos do passado da própria formação cultural em que se encontram. Disso resulta um ensino para formação de cidadãos culturais e os prepara para atuar na sociedade em que estão inseridos.

3. Semelhanças e diferenças da prática pedagógica no processo de ensino/aprendizagem da educação patrimonial no contexto remoto

Durante a realização do PIBID, estava em vigência o ensino remoto. Assim, os professores e gestores das escolas municipais de Anápolis/GO tiveram que adequar o ensino presencial para a própria realidade da escola, considerando as diferenças de recursos e acesso às plataformas digitais e à internet dos alunos.

Diante do desafio desse contexto de aulas remotas, os professores tiveram que inovar na sua prática docente de maneira a amenizar os prejuízos de aprendizagem dos estudantes, tornar as aulas síncronas interativas e prazerosas, de maneira a despertar o interesse e a participação dos alunos.

Considerando a escola-campo, instituição em que ocorreu o PIBID, na turma de 4º ano, o professor regente adotou como instrumento de interação com os discentes a rede social WhatsApp. Por meio da criação de um grupo com os contatos dos alunos e/ou seus pais, o professor realizava a postagem de atividades e avisos para a turma. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020/2021)

Com relação a atuação do pibidiano³ na sala de sala, este, inicialmente, acompanhou e auxiliou o professor regente em sala de aula, observando sua prática docente e as especificidades da turma de 4º ano e, nesse interim, elaborando as aulas que iria ministrar na etapa seguinte do projeto. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020/2021)

Na fase de regência, após diálogo com o professor responsável pela sala, decidiu-se que seriam oportunizadas ao estagiário 08 (oito) aulas da disciplina História para trabalhar acerca da Educação Patrimonial, focando nos Patrimônios tombados de Anápolis/GO. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020/2021)

Para o desenvolvimento das aulas deste ensino remoto, a tecnologia digital teve papel fundamental, os recursos utilizados foram: celular, internet, computador e diversos aplicativos (WhatsApp, Youtube, Google, Google imagem Google). (DIÁRIO DE CAMPO, 2020/2021)

Dessa forma, entre os meses de março e maio de 2021, foram ministradas no total oito aulas de história, uma aula por semana, durante 2 mês, com duração de uma hora cada uma, no período vespertino. A plataforma digital utilizada foi o WhatsApp para postagem dos conteúdos ministrados nas aulas, atividades e correção. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020/2021)

Durante cada aula, a partir de treze horas da tarde, os materiais e as atividades a serem trabalhados nas aulas eram postadas no grupo de WhatsApp da turma. Os alunos tiravam dúvidas, realizavam e enviavam as atividades para a professora em seu WhatsApp particular e depois recebiam as correções pelo mesmo ambiente (DIÁRIO DE CAMPO, 2020/2021).

³ Denominamos aqui 'pibidianos' os acadêmicos do curso de Pedagogia da UniEVANGÉLICA que participaram do PIBID.

A primeira aula ocorreu no dia 05 de março de 2021 e teve como tema: Tipos de patrimônio. O objetivo foi: Conhecer e identificar os diversos tipos de patrimônio. Para isso, foi produzido um vídeo do YouTube referente ao tema da aula e postado no grupo da turma. A atividade proposta foi uma lista das seguintes perguntas: O que é patrimônio material? O que é patrimônio imaterial? Qual a diferença do patrimônio material e do imaterial? (DIÁRIO DE CAMPO, 2020/2021).

O tema da segunda aula foi “Patrimônios históricos de Anápolis”, cujo objetivo foi conhecer e ser capaz de identificar os patrimônios da cidade de Anápolis. Foi postado no grupo pela professora vídeos do YouTube para apresentar todos os patrimônios históricos de Anápolis para os estudantes. A atividade sugerida foi o registro dos nomes dos patrimônios no caderno e fazer um desenho. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020/2021).

Nessa aula em questão, também foi sugerido a história de Anápolis se os educandos já visitaram algum patrimônio da cidade e, em seguida, eles deveriam fazer um desenho representando o local visitado, além de buscar conversar com os pais ou responsáveis sobre os patrimônios de Anápolis, para conhecer um pouco mais da história local com seus familiares. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020/2021).

A terceira aula foi marcada por uma revisão dos conteúdos. Houve uma atividade para avaliar o progresso dos estudantes, que foi realizada através de uma cruzadinha com um texto referente aos vídeos que a foram enviados pelo WhatsApp, quiz, jogo de palavras sobre os patrimônios, textos com perguntas, diversas atividades interativas realizadas através das tecnologias, retornos das atividades pelo WhatsApp e nenhuma interação com os alunos. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020/2021)

Ademais, considerando as vivências e desafios durante a prática docente no ensino remoto pelo projeto PIBID, podem-se perceber algumas semelhanças e diferenças quanto ao ensino presencial. Como diferença, nota-se que a experiência de interagir com os alunos através de recursos virtuais, que, no caso em análise, ocorreu a partir do WhatsApp, devido ao ensino remoto, não foi fácil. Isso porque o docente não podia ter um diagnóstico real da aprendizagem e do entendimento acerca dos conteúdos por parte dos alunos, já que a interação se resumia apenas em um grupo fechado com o acesso ao professor, em que as aulas eram postadas todo material de ensino vídeos atividades recados, e o retorno das atividades. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020/2021).

Sobre a semelhança verificada tem-se que a referência para ministrar as aulas em ambos os ensinos, foi considerado a matriz curricular do município de Anápolis para o 4º

ano do ensino fundamental, documento que é constituído por os objetos de conhecimento (conteúdos) e habilidades, para os ensinos. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020/2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao perceber, como o professor precisa faz a mediação da educação patrimonial na vida dos estudantes, há uma grande preocupação. Isso acontece porque, ao observar que os alunos não têm um conhecimento adquirido mais profundo da valorização dos patrimônios, perceber que é preciso fazer uma retomada desse ensino nas aulas de história com o uso de tecnologias e metodologias ativas, dando uma aula lúdica interativa que venha proporcionar um ensino vindouro na vida dos alunos. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020/2021).

O professor é o mentor do conhecimento a ser aplicado, desenvolvendo no processo de associação com a cultura com seus alunos com o uso de recursos digitais neste período de grande revolução na era digital. Toda a pesquisa acerca dos Patrimônios Históricos e Culturais de Anápolis/GO, foi feita pela busca tecnológica pouco material didático disponível sobre essa temática.

Entretanto, ao buscar diversos recursos de pesquisas para a elaboração de atividades, isto proporciona o despertar quanto a importância de trazer essas riquezas que são os patrimônios culturais de Anápolis e a História Local Anapolina, com o intuito de valorizar e compreender o passado, colaborar com a formação crítica e cidadã dos sujeitos históricos e promover a construção da identidade dos estudantes por meio do conhecimento histórico local, tendo o cuidado que a futura geração de os estudantes não cresça sem essa visão de valores para a nossa história.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lynn. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas**. Aracaju, v.8, n.3, p. 348-365, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251>. Acesso em: 14 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm . Acesso em 10 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em 02 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 53, 18 mar. 2020. Seção 01, p. 39.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. 108 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf. Acesso em 28 nov 2021.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Um Lugar na Escola para a História Local**. Recife: ANPUH (texto mimeografado), 1995.

FONSECA, Selva G. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de história. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan-jun.2006. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/193/197>. Acesso em: 15 nov de 2021.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. 3 ed. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Dezembro, 2006. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf. Acesso em: 08 nov. 2021.

JORNAL OPÇÃO. Coronavírus: Escolas da rede municipal de Anápolis terão aulas suspensas a partir de quarta-feira, 18. **Jornal Opção**, Goiânia/GO, 2020. Disponível em <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/roberto-naves-divulga-aco-es-de-prevencao-ao-novo-coronavirus-em-anapolis-241579/>. Acesso em 20 ago 2021.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. 4 ed. Ver., São Paulo: Ateliê, 2001.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX**. Salvador: EDUNEB, 2003.

OLIVEIRA, MG Metodologias Ativas no Ensino de História: um Caminho para o Desenvolvimento da Consciência Crítica. In: SILVA, ARL; BIEGING, P.; BUSARELLO, RI **Metodologia ativa na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2017, p. 68-84.

OOSTERBEEK, Luiz. Revisitando Antígona: o patrimônio cultural na fronteira da globalização. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt et al. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015. p. 13-29.

PENTEADO, H.D. **Metodologia do ensino de História e geografia**. São Paulo: Cortez, 1994.

PORTAL 6. **Estudantes da rede municipal em Anápolis voltam à rotina de aulas remotas**. Jornal Portal 6, Anápolis/GO, 2021. Disponível em <https://portal6.com.br/2020/08/03/estudantes-da-rede-municipal-em-anapolis-voltam-a-rotina-de-aulas-remotas/>. Acesso em 20 ago 2021.

REIS, D. J. C. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. **rth** |, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 4–26, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28973>. Acesso em: 20 set. 2021.

SANTOS, Tarsio Paula dos; ABREU, Sandra Elaine Aires de. O Pibid e a formação do professor/pesquisador: na UniEVANGÉLICA, na escola-campo e na intervenção pedagógica dos anos iniciais do ensino fundamental. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3641>. Acesso em 12 set 2021.

SANTOS JÚNIOR, W. P.; TANNÚS, A. M.; LEMOS, A. D.; NISHI, L.; FABRIELLE CARVALHAES, M. A.; PEREIRA, N. S.; FANSTONE, P. R. P.; MARINS, W. F. Ensino remoto e metodologias ativas nas disciplinas teóricas nos cursos de engenharia de computação e engenharia de software semestre 2020/2. **Anais do Seminário de Atualização de Práticas Docentes**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2021. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/praticasdocentes/article/view/6502>. Acesso em 20 ago. 2021.

SILVA, L. C. B. A Importância do Estudo da História Regional e Local no Ensino Fundamental. In: **Anais do I Seminário de Pesquisa FAMAM**, Cruz das Almas, 2004. Disponível em http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/luis_carlos.pdf. Acesso em 25 ago, 2021.

SILVA, Luís Carlos Borges da. A importância do estudo da História Regional e Local no Ensino Fundamental. In: **ANAIIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade**. UESB/ ANPUH – BA, 2012. Disponível em: http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/luis_carlos.pdf. Acesso em: 09 nov. 2021.